

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E DESEMPENHO FINANCEIRO NO SETOR ENERGÉTICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA (2015–2023)

RESUMO

Este artigo investiga a relação entre Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e desempenho financeiro em empresas brasileiras do setor energético com ações listadas na B3, no período de 2015 a 2023. A pesquisa adota delineamento bibliométrico-documental com abordagem quantitativa, estruturando-se a partir de duas categorias de análise principais: RSC (avaliada por indicadores extraídos de relatórios de sustentabilidade e Formulários de Referência) e desempenho financeiro (medido por ROE, ROA e Margem Operacional). O objetivo geral é analisar se empresas com maior engajamento em RSC apresentam melhor performance financeira. Como objetivos específicos, buscou-se: (i) identificar empresas com consistência na divulgação e execução de práticas de RSC; (ii) mensurar o desempenho financeiro com base em indicadores contábeis padronizados; (iii) aplicar Análise Fatorial Exploratória (AFE) para mapear padrões estatísticos de associação entre variáveis de RSC e desempenho; e (iv) contextualizar os resultados à luz do marco legal e normativo nacional e internacional. A escolha da AFE justifica-se pela natureza exploratória do estudo, que não parte de hipóteses causais fechadas, mas visa reconhecer agrupamentos empíricos a partir dos dados. Os achados sugerem que práticas estruturadas de RSC, quando recorrentes e transparentes, estão associadas a melhores indicadores de rentabilidade e maior legitimidade institucional, especialmente em contextos de alta regulação e visibilidade como o setor energético.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa. Desempenho Financeiro. ESG. Setor Energético. Análise Fatorial Exploratória.

1. INTRODUÇÃO

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) tem se consolidado nas últimas décadas como dimensão estratégica da gestão empresarial, articulando-se às exigências éticas, regulatórias e mercadológicas que marcam o capitalismo contemporâneo. No setor energético, de forte impacto socioambiental e alta regulação, a incorporação de práticas de sustentabilidade revela-se não apenas uma demanda de legitimidade, mas também um diferencial competitivo. A literatura clássica, representada por Carroll (1991), ao propor a pirâmide da RSC, e por Elkington (1998), com o conceito de triple bottom line, aponta que a integração das dimensões econômica, social e ambiental gera valor ampliado às organizações.

Tais fundamentos foram ampliados por estudos que evidenciam a criação de valor compartilhado (PORTER; KRAMER, 2006) e a legitimidade organizacional como recurso simbólico fundamental à sobrevivência das empresas (SUCHMAN, 1995). No Brasil, pesquisas como as de Severo (2007)

reforçam que a adoção de práticas estruturadas e transparentes de RSC promove ganhos de reputação e de rentabilidade, em sintonia com evidências internacionais (MARGOLIS; ELFENBEIN; WALSH, 2009; BRAMMER; MILLINGTON, 2008).

No contexto do setor energético brasileiro, marcado pela presença de grandes corporações listadas na B3, a análise da relação entre práticas socioambientais e desempenho financeiro adquire relevância prática e teórica. De um lado, porque tais empresas enfrentam forte pressão institucional decorrente da Lei nº 6.404/76 e das diretrizes da CVM; de outro, porque a sociedade civil e investidores demandam maior transparência, aderência a padrões ESG e métricas verificáveis de sustentabilidade (FIGGE et al., 2002; FERNANDES; BERTON, 2005; SEURING; MÜLLER, 2008).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A literatura sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC) aponta para a evolução conceitual do papel das empresas na sociedade, indo além da busca exclusiva pelo lucro. Carroll (1991) sistematiza a RSC em quatro dimensões – econômica, legal, ética e filantrópica – que juntas configuram a base normativa da atuação empresarial. Elkington (1998), ao propor o conceito de *triple bottom line*, acrescenta a perspectiva da sustentabilidade, sustentando que a avaliação do desempenho deve considerar simultaneamente as dimensões econômica, ambiental e social.

Esse debate se amplia com Porter e Kramer (2006), que introduzem o conceito de valor compartilhado, destacando que a incorporação estratégica da RSC não é apenas uma resposta a pressões externas, mas uma oportunidade de diferenciação competitiva. Tal perspectiva dialoga com a teoria da legitimidade, segundo a qual organizações só alcançam aceitação social quando alinham seus valores às expectativas de seus públicos (SUCHMAN, 1995). No Brasil, Severo (2007) identifica que empresas que integram práticas de RSC em sua estratégia institucional fortalecem sua reputação e ampliam o desempenho econômico.

No campo empírico, estudos internacionais têm mostrado relação positiva entre RSC e desempenho financeiro. Margolis, Elfenbein e Walsh (2009) realizaram meta-análises que apontam efeitos consistentes, ainda que

não uniformes, da adoção de práticas responsáveis sobre a rentabilidade. Brammer e Millington (2008) confirmam que empresas de setores regulados tendem a apresentar maior correlação entre desempenho socioambiental e retorno econômico, enquanto Rego, Cunha e Correia (2010) destacam o papel da reputação como mediadora dessa relação.

No tocante ao desempenho financeiro, Gitman e Zutter (2012), Assaf Neto (2019), Iudícibus (2018) e Padoveze (2021) consolidam o uso dos indicadores contábeis ROE, ROA e Margem Operacional como métricas centrais para mensuração de eficiência, retorno e geração de valor. A articulação desses indicadores com variáveis socioambientais é defendida por Souza e Gallon (2020), que evidenciam padrões mais estáveis de performance em empresas que integram práticas de RSC.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem quantitativa com delineamento bibliométrico-documental, voltada para empresas brasileiras do setor energético listadas na B3 no período de 2015 a 2023. Os dados foram obtidos em documentos oficiais de domínio público, como Relatórios de Sustentabilidade, elaborados segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), e Formulários de Referência exigidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A opção por fontes secundárias responde à necessidade de comparabilidade e transparência, conforme defendido por Bellen (2006) e Seuring e Müller (2008).

A amostra foi construída de forma intencional, considerando a permanência das empresas no mercado acionário e a disponibilidade de dados consistentes no recorte temporal. As variáveis foram organizadas em dois blocos: (i) práticas de Responsabilidade Social Corporativa (presença de políticas socioambientais, frequência e coerência na divulgação dos relatórios, adesão a padrões ESG); e (ii) indicadores contábeis de desempenho financeiro, incluindo ROE, ROA e Margem Operacional, tradicionalmente utilizados na literatura (GITMAN; ZUTTER, 2012; ASSAF NETO, 2019; IUDÍCIBUS, 2018; PADOVEZE, 2021).

O tratamento estatístico foi realizado por meio do software IBM SPSS Statistics (versão 25), com aplicação da Análise Fatorial Exploratória (AFE), técnica multivariada que possibilita identificar padrões latentes entre variáveis

correlacionadas (HAIR et al., 2009; FIELD, 2009; FÁVERO et al., 2009). Foram empregados os critérios Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e Teste de Esfericidade de Bartlett para verificar a adequação da matriz de dados. O método de componentes principais foi utilizado na extração dos fatores, seguido da rotação Varimax para facilitar a interpretação e atribuir significância teórica aos agrupamentos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A aplicação da Análise Fatorial Exploratória (AFE) revelou padrões consistentes de associação entre práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e indicadores financeiros, corroborando a hipótese central de que empresas com maior engajamento socioambiental tendem a apresentar desempenho superior. Os resultados evidenciaram que companhias como Eletrobras, Engie e Neoenergia obtiveram escores mais elevados em coerência ESG, refletindo tanto a consistência de seus relatórios quanto a integração de metas ambientais, sociais e de governança em suas estratégias corporativas. Em contrapartida, empresas como Alupar e Cemig apresentaram fragilidades na divulgação de informações sociais, revelando lacunas entre discurso e prática, situação que reforça o argumento de Suchman (1995) sobre a centralidade da legitimidade organizacional como recurso simbólico.

O cruzamento dos indicadores contábeis com variáveis socioambientais demonstrou que as organizações com maior transparência e regularidade em RSC apresentaram níveis superiores de ROE e ROA, em consonância com estudos de Gitman e Zutter (2012), Assaf Neto (2019) e Iudícibus (2018), que defendem tais métricas como proxies relevantes de rentabilidade e eficiência. A análise dos fatores extraídos mostrou correlação positiva entre práticas ambientais consistentes e margem operacional, confirmando a tese de Elkington (1998) sobre o *triple bottom line*, no qual o equilíbrio entre os pilares econômico, social e ambiental potencializa ganhos de competitividade.

CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa confirmam que a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), quando estruturada e transparente, está associada

a melhores indicadores de rentabilidade e legitimidade no setor energético brasileiro. Empresas que integraram práticas socioambientais às suas estratégias, como Eletrobras, Engie e Neoenergia, evidenciaram desempenho superior em métricas como ROE, ROA e Margem Operacional, em consonância com a literatura que defende a sinergia entre sustentabilidade e performance econômica (CARROLL, 1991; ELKINGTON, 1998; PORTER; KRAMER, 2006). A coerência entre discurso e prática mostrou-se fator determinante para a credibilidade institucional, confirmando a perspectiva de Suchman (1995) sobre a legitimidade como recurso essencial à sobrevivência organizacional.

Apesar dos avanços, persistem desafios na padronização das práticas ESG, especialmente na dimensão social, onde indicadores ainda se apresentam frágeis e pouco comparáveis. Essa lacuna reforça a crítica de Fernandes e Berton (2005) e Seuring e Müller (2008), que apontam a necessidade de maior rigor regulatório e de auditorias independentes para evitar inconsistências e *greenwashing*. Assim, o estudo evidencia que o setor energético atravessa um processo de maturação gradual, mas desigual, no qual empresas mais consistentes em seus compromissos socioambientais conquistam não apenas vantagem competitiva, mas também maior aceitação social e estabilidade de longo prazo, confirmando as tendências apontadas por Margolis, Elfenbein e Walsh (2009) e Brammer e Millington (2008).

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. *Finanças corporativas e valor*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- BELLEN, Hans Michael Van. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BRAMMER, Stephen; MILLINGTON, Andrew. Does it pay to be different? An analysis of the relationship between corporate social and financial performance. *Strategic Management Journal*, v. 29, n. 12, p. 1325–1343, 2008.
- CARROLL, Archie B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, v. 34, n. 4, p. 39–48, 1991.
- ELKINGTON, John. *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Oxford: Capstone Publishing, 1998.
- FÁVERO, Luiz Paulo et al. *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FERNANDES, Bruno H. R.; BERTON, Luiz H. Responsabilidade social e estratégia nas organizações. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, n. 1, p. 57–73, 2005.
- FIELD, Andy. *Descobrendo a estatística usando o SPSS*. 2. ed. Porto Alegre:

Artmed, 2009.

FIGGE, Frank et al. The sustainability balanced scorecard: linking sustainability management to business strategy. *Business Strategy and the Environment*, v. 11, n. 5, p. 269–284, 2002.

GITMAN, Lawrence J.; ZUTTER, Chad J. *Princípios de administração financeira*. 13. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

HAIR, Joseph F. et al. *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços: abordagem básica e gerencial*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARGOLIS, Joshua D.; ELFENBEIN, Hillary A.; WALSH, James P. Does it pay to be good? A meta-analysis and redirection of research on the relationship between corporate social and financial performance. *Working Paper*, Harvard University, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

PORTER, Michael; KRAMER, Mark. Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, v. 84, n. 12, p. 78–92, 2006.

REGO, Arménio; CUNHA, Miguel P.; CORREIA, Anabela. Legitimidade, stakeholders e desempenho organizacional. *Revista de Administração de Empresas*, v. 50, n. 1, p. 76–87, 2010.

SEURING, Stefan; MÜLLER, Martin. From a literature review to a conceptual framework for sustainable supply chain management. *Journal of Cleaner Production*, v. 16, n. 15, p. 1699–1710, 2008.

SEVERO, Eliana. Responsabilidade social corporativa e desempenho organizacional no Brasil. *Revista de Administração da UFSM*, v. 1, n. 2, p. 201–220, 2007.

SOUZA, Milene; GALLON, Alessandra V. Práticas de sustentabilidade e desempenho econômico-financeiro: evidências em empresas brasileiras. *Revista Universo Contábil*, v. 16, n. 1, p. 24–43, 2020.

SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 3, p. 571–610, 1995.